

Sessão de Abertura

CNE

CNE

JUSTIFICAÇÃO DO FÓRUM

TERESA AMBRÓSIO*

*P*retendemos com este Fórum, dentro das funções específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE), contribuir para o debate público sobre a Qualidade da Educação e sua Avaliação nos ensinos básico e secundário.

Poderíamos ter escolhido analisar este tema centrado em todo o sistema educativo. Mas, nesta primeira fase e tendo em conta a abordagem do ensino superior com perspectivas próprias que tem vindo a ser efectuada pelas instituições universitárias e, nomeadamente, pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAES), limitar-nos-emos aos dois primeiros níveis do sistema escolar.

Entendemos que a Qualidade da Educação e a sua Avaliação é uma questão política, para a qual os estudos, pareceres e recomendações de especialistas são fundamentais e necessários, mas não suficientes em Democracia. Isto é, na vivência democrática em que pensamos dever definir-se e executar-se a política educativa.

Daí este Fórum de debate, no âmbito do Conselho, com os Senhores Conselheiros – representantes dos órgãos, instituições e grupos organizados da sociedade civil, académicos, especialistas, intervenientes na acção educativa e na sua administração, forças políticas com representação na Assembleia da República e convidados interessados.

Pretendemos dar assim um contributo para o debate público que, para o ser, de acordo com o espírito da democracia, pressupõe:

- recolher e analisar a informação disponível, correcta, sistematizada, actualizada;
- confrontar expectativas, interesses, justificados e legítimos dos diversos intervenientes;
- procurar construir acordos básicos, de convergência de posições, de concertação educativa, que possam fornecer aos órgãos decisores plataformas de negociação e decisão, bem como base de desenvolvimento de parcerias responsáveis de acção.

Os novos modelos de governação que hoje se procuram e discutem, como meios indispensáveis de governabilidade da educação que correspondam à evolução da

* Presidente do Conselho Nacional de Educação

sociedade contemporânea e aos novos desafios das democracias cosmopolitas, exigem também de nós este exercício de cidadania. Isto é, estar presente analisando, aprofundando, dando o nosso contributo para procurar soluções – precárias talvez para os actuais problemas. Problemas de sempre mas que se revestem hoje de uma maior complexidade pela interdependência de inúmeros factores que os delimitam e caracterizam. Problemas que aparecem nos nossos dias como questões centrais e prioritárias da política, nomeadamente da política de educação.

A QUESTÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Ora a Qualidade e a Avaliação da Educação inscrevem-se nessas novas prioridades da política educativa.

Embora não seja de agora a atenção que os decisores e responsáveis da Educação têm vindo a dedicar à promoção da Qualidade da Educação, são novas e mais complexas as perspectivas com que essa qualidade pode e deve ser repensada e a questão está, por todo o lado, na agenda política.

Importa, pois, tentar compreender o que entendemos por Qualidade da Educação e Avaliação da Educação. Até porque, para avaliar, temos de saber o que avaliamos, porque é que avaliamos, para que é que avaliamos, como avaliamos... antes de avaliarmos, obviamente.

Recordo, por isso, que a OCDE (CERI) tem vindo há anos a preocupar-se com esta questão e lançou (dentro da sua lógica de abordagem das políticas educativas) alguns programas interessantes com elas relacionados em que Portugal participou e participa. Refiro, por exemplo, o Programa INES (Indicadores do Sistema de Ensino).

Também vários países europeus, com políticas educativas consideradas avançadas, têm criado instituições próprias que se ocupam, a nível nacional e de uma forma global, da Avaliação da Qualidade ou de certas dimensões da Qualidade da Educação ou do Ensino. Cito entre outros:

- o caso da Dinamarca, que criou em 1999 o Instituto de Avaliação a todos os níveis do Sistema Educativo sob a responsabilidade do Parlamento;
- o caso da Holanda, que na Lei Orçamental consagra 0.5% do orçamento do Ensino Básico e Secundário à avaliação externa à escola (exames, concursos, estudos), enquanto as escolas têm instrumentos de auto-avaliação próprios;

- a Espanha, que criou o Instituto Nacional de Calidad y Evaluación e elaborou mesmo um Modelo Europeu de Gestão da Qualidade;
- e muitos outros exemplos poderíamos relembrar aqui para enquadrar a situação portuguesa que não foge à regra.

Inúmeros programas, tentativas – limitadas umas, com maiores pretensões, outras –, encontramos enunciados, por exemplo, no Relatório “O Estado da Arte da Avaliação Educacional em Portugal” – ed. Maio de 1999. Nele damos conta dos esforços realizados e associados a medidas de políticas e programas específicos, tais como:

- o PEPT e o plano de auto-avaliação das escolas e o Observatório da Qualidade;
- os Observatórios Permanentes do Ensino Secundário (OPES) e do Básico e Pré-Escolar (pelo menos projectado);
- o Programa GAVE (Provas de Aferição do Básico), de que ouviremos, com certeza, falar mais em detalhe no dia de hoje.

Mas, se a avaliação é uma obrigação, inscrita, nomeadamente, na Lei de Bases do Sistema Educativo (Art. 4.º – O Sistema Educativo deve ser objecto de avaliação continuada) e possuir como quisemos demonstrar, antecedentes, é o novo enquadramento geopolítico da política de educação no contexto da União Europeia e a complexificação dos exercícios multidimensionais de análise dos novos problemas (que não se limitam à qualidade do ensino, da gestão das escolas ou dos resultados dos exames) e dos processos de intervenção educativa (que extravasam os sistemas escolares tradicionais) que dão relevância actual ao tema.

A Avaliação da Qualidade da Educação, se é um imperativo constitucional, passa a ser também agora um imperativo da construção europeia. Relembro, muito sumariamente, a legislação comunitária em vigor neste domínio que, obviamente, nos abrange. Ela está contida na Recomendação do Parlamento e do Conselho, de 12 de Fevereiro de 2001, relativamente à cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade e que vem na continuidade das conclusões do Conselho Europeu de 16 de Dezembro de 1997.

Recordo apenas que essa Recomendação concebe a Qualidade da Educação na perspectiva da dimensão europeia do ensino, sendo considerada um objectivo essencial da construção de uma Europa dos Cidadãos justificada por ser, como na recomendação se lê, do seguinte modo:

- a Educação de Qualidade é um dos objectivos do ensino primário, secundário e de formação considerada no quadro da sociedade educativa ou do conhecimento.

Neste contexto a Educação é considerada tanto como um enriquecimento pessoal, como contributo indispensável à coesão social, à inserção social, à solução dos problemas de emprego.

A Educação, no contexto da construção da União Europeia, é referenciada ainda ao paradigma actual de *Lifelong Learning*. É, lê-se na dita Recomendação, um meio importante de gerir o futuro profissional e individual de cada cidadão. Uma Educação de Qualidade é essencial face à política de emprego, à livre circulação dos trabalhadores no interior da Comunidade, ao reconhecimento dos diplomas, das qualificações escolares e das competências. Aliás, dentro desta linha de orientações e recomendações europeias, justificam-se os inúmeros projectos-piloto e redes que, desde 1995, se têm vindo a desenvolver dentro da Europa, e em que Portugal tem participado no âmbito dos Programas Sócrates, Leonardo da Vinci, entre outros, relativos à avaliação e acompanhamento da evolução das políticas escolares, de educação e formação.

Neste sentido, importa sublinhar a importância da construção dos Indicadores de Qualidade da Educação, tarefa central da cooperação europeia, de difícil concertação e de que temos publicamente conhecimento através do Relatório Europeu publicado em Maio de 2000, mas cujo conteúdo continua a merecer sério e profundo debate a nível técnico e político.

Justifica-se esta difícil tarefa, aliás, precisamente por se tratar de questões de difícil abordagem, algumas das quais, quanto a nós, de questionável abordagem técnica, como o que diz respeito à avaliação da Pilotagem da Educação Escolar, cujo indicador (11.º) – a existir – se pretende estender a todos os sistemas escolares europeus. Mais recentemente ainda, fazendo parte das agendas dos Conselhos Europeus de Educação de Novembro próximo, em Bruxelas, e na Primavera, em Barcelona (em Fevereiro de 2002), refiro o Relatório sobre os Objectivos Concretos das Políticas Educativas de cada país, através do qual se pretende avaliar um conjunto de finalidades consideradas essenciais aos Sistemas Educativos Europeus, na linha da convergência que se procura imprimir aos mesmos. Não podemos escamotear que tais finalidades se reflectem obviamente no conceito de Qualidade que as justificam.

Onde está Portugal nesta discussão política? Ocupados, por vezes, nos legítimos mas asfixiantes problemas diários e, limitados pela ausência de opinião pública esclarecida e informada, deixamos passar ao nosso lado estes movimentos, estas decisões que, no mundo globalizado em que vivemos nos arrastam.

A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

É para esta problemática da Qualidade na Educação e da sua Avaliação, nacional, no contexto da sociedade global e da construção europeia, que pretendemos orientar este Fórum que hoje se inicia.

Existe, felizmente, vasta literatura, investigação, reflexão, estudos empíricos sobre o assunto, quer no estrangeiro quer entre nós. Deles nos falarão, decerto, os intervenientes do II Painel.

Recordo, por exemplo, o esforço da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação realizado com a Conferência de 1997 sobre Contributos da Investigação Científica para a Qualidade do Ensino, bem como com as inúmeras reflexões e conferências realizadas no âmbito da Avaliação do Ensino Superior e cujas publicações estão acessíveis a todos.

Mas carecemos de um debate informado, esclarecido e transparente onde se faça o confronto das lógicas subjacentes aos diferentes quadros de pensamento que sustentam decisões políticas, modelos de avaliação, uso social dos mesmos. Logo, carecemos do confronto aberto de conceitos diversos de qualidade e das razões da sua avaliação.

Porque não há, é bom lembrá-lo, neutralidade nos quadros e modelos processuais de avaliação, nem a legitimidade científica dos métodos justifica os critérios de avaliação, os seus referenciais e as decisões que se tomam a partir dos seus resultados.

A Qualidade da Educação é um objecto e um objectivo sociopolítico que carece de definição, de esclarecimento da intencionalidade política subjacente à sua construção, de compreensão pública da influência do pensamento económico, do pensamento de gestão, do pensamento educativo, do pensamento político, dos quadros ideológicos subjacentes que sustentam essa intencionalidade. Talvez devamos um esclarecimento mútuo e tolerante sobre:

- Qualidade de resultados do ensino/aprendizagem e dos *outputs* do ensino, da sua *performance*.
- Qualidade de gestão das escolas e da eficácia dos recursos investidos.
- Qualidade das competências e da responsabilidade social e profissional dos cidadãos educados (que saem dos ensinos básico e secundário).
- Qualidade do exercício da liberdade dos direitos individuais de aprender e ensinar.
- Qualidade da educação, enquanto justiça e direito social de acesso ao conhecimento e à cultura.

E poderíamos continuar expressando legítimas e democráticas expectativas que se devem confrontar, no debate público e em novos modelos de governação baseados na concertação e regulação social.

Dir-nos-ão que não há tempo, nem nada ajudaremos com este exercício de esclarecimento e debate, porque temos grupos de especialistas, meios de comunicação atentos e boas práticas a seguir. E os problemas do dia-a-dia das escolas são muitos.

Não é a escassez dos recursos, nem o atraso educativo que nos devem impedir de ter a coragem de reflectir sobre as nossas práticas e sobre os desafios do futuro. Nem é a falta de respostas certas, prontas e adequadas para os múltiplos problemas que nos devem impedir de “caminhar, construindo o caminho” como é próprio da democracia nestes dias de incerteza e risco.

Avaliar a qualidade da política, das instituições, dos processos de gestão de meios, dos actores (professores e alunos), não está em causa. Deve fazer parte do dia-a-dia. São os pilares objectivos de uma cultura de prospectiva e avaliação que sustentam as políticas educativas.

Possuir “indicadores” ou referenciais que traduzam com a objectividade e o rigor possível o “alcance” da qualidade socialmente desejável é uma nova forma de conduzir as políticas e avaliar o caminho seguido.

Mas, se não devemos pôr de parte o confronto de olhares e juízos que sustentam a intencionalidade das políticas de avaliação, não se deverá também deixar escamotear a dimensão ética de qualquer que seja a avaliação e do uso social que se faz dos seus resultados.

Quem comanda a avaliação, com que fins, com que efeitos esperados?

Permitam-me que recorde que a dimensão ética da avaliação implica o respeito de uma deontologia por parte dos avaliadores, do respeito pelas instituições e pessoas, do respeito do anonimato, do direito de resposta, etc., e de uma concepção democrática e pluralista dos processos.

E estamos hoje, nesta matéria, longe da unanimidade de pontos de vista, como é fácil verificar pela comparação das normas e práticas de vários países.

O LUGAR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NESTE DEBATE

O Conselho Nacional de Educação encontra-se, na concepção que temos das suas funções como instituição intermediária de diálogo e de busca de consensos entre os parceiros socioeducativos, na encruzilhada entre as várias tensões que esta questão central e maior da política educativa pressupõe:

- O seu projecto institucional define-se por referência às finalidades da política educativa, logo à sua Qualidade ou a uma dimensão essencial da Qualidade;
- A razão da sua existência filia-se nos objectivos de promover a participação das várias forças políticas, culturais, económicas na procura da concertação educativa.

Optamos pois, dentro da limitação dos escassos meios para tão grandiosas funções, por fazer o que somos capazes, com a vossa disponibilidade e a resposta pronta a que já nos habituaram.

Por isso, concebemos este Fórum de acordo com o Programa anunciado.

Optamos assim por olhar a Qualidade e Avaliação da Educação em três perspectivas (a institucional, a dos actores internos da escola, a dos grupos sociais externos), sabendo que está em causa não uma realidade estática conhecida – a educação escolar, seus sistemas, regras e normas – mas uma realidade em mudança sujeita a vários desafios:

- O desafio da autonomia, da responsabilidade, da parceria da escola e da comunidade – desafio que questiona a mudança pedagógica e da governabilidade do Estado;
- O desafio da gestão dos recursos (múltiplos e escassos) da descentralização, das assimetrias, da diversidade;
- O desafio de novos espaços e mercados educativos;
- O desafio da inclusão escolar e coesão social;
- O desafio das políticas de emprego, de inovação tecnológica, da mobilidade dos recursos humanos e da sua formação permanente.
- O desafio de uma nova cidadania em espaços alargados e cosmopolitas.

É neste processo que o contributo do Conselho Nacional de Educação se construirá com a vossa participação. Daremos publicamente informação do que aqui discutimos e que nos ajudará a elaborar os nossos pareceres e recomendações futuras.

Muito obrigada a todos.

CNE

Em nome do Senhor Ministro da Educação apresento, a todos vós, os meus respeitosos cumprimentos.

Importa, antes de mais, relevar a importância do órgão Conselho Nacional de Educação, enquanto mediador de interesses, pontos de vista, posições políticas dos vários parceiros que nele têm assento, possibilitando assim a obtenção de consensos e plataformas de acordo, sobre os quais se constrói a política educativa. Ao realizar conferências, simpósios, seminários, foruns, debates, revela uma preocupação com o aprofundar, com o difundir, com o vivenciar uma vida democrática, digna do nosso apreço e de que aqui queremos deixar registo claro. É, pois, neste contexto que manifestamos a nossa total disponibilidade para aqui nos deslocarmos, seja em eventos deste tipo ou às Comissões, sempre que tal se revele necessário. O Ministério tem, nesta matéria, uma ideia clara – servir, servir em Democracia, estar ao seu serviço. É isso que a sociedade exige e espera de nós.

Começo por expressar a minha satisfação por estar presente na abertura do Forum “Qualidade e Avaliação da Educação”, promovido pelo CNE, fazendo votos para que se desenrole de acordo com as expectativas de todos nós. Trata-se de um tema – Qualidade/Avaliação – que se afigura como necessário, urgente mesmo, em que a discussão se fará, estou certo, com serenidade, sem contudo se perder o sentido crítico e reflexivo, porventura algo controverso, exigências para um pensar sobre a Educação.

A verdade é que o vocábulo “Qualidade” ganhou visibilidade na opinião pública, se tornou quase um lugar comum. Porém, o conceito que traduz o seu significado ou significados não é de todo tão claro e carece mesmo de um debate e aprofundamento.

Numa perspectiva técnico-instrumental, a Qualidade da Educação está associada, quase sempre, a normas marcadas por uma objectividade segura, quicá cega, traduzidas num resultado/produto final, em que a excelência se associa à eficácia com que tais normas são atingidas. Trata-se de uma aliança que consubstancia um conhecimento, porventura susceptível de ser pouco questionável e problematizador. É algo que parece valer por si, que se interroga pouco, que não tem dúvidas. É a prevalência do quantificável.

* Secretário de Estado da Educação.

Por outro lado, num registo bem diferente, a Qualidade da Educação tem o significado de propriedade, qualidade que distingue ou que aproxima entidades, preocupando-se, nesse entendimento, em tornar explícitas as práticas da educação enquanto processo, evidenciando e relevando, necessariamente, quais os pressupostos em que assenta, quais os princípios que a orientam, quais os valores a ela ligados. Implica, assim, uma continuidade de procedimentos, de correcções e reorientações a introduzir ao longo do seu desenvolvimento, critérios de adequação, assim como uma reflexão cuidada em relação ao grau de (in)satisfação com os processos praticados, assim como com os produtos, isto é, os resultados alcançados. Estes são parte do processo e, note-se, não o processo.

A Qualidade da Educação quando olhada, perspectivada e materializada na Avaliação, ou seja, enquanto processo delineador de uma representação da primeira, tem sido ditada, quase sempre, numa lógica técnico-instrumental. A avaliação dos resultados dos alunos, definida como uma avaliação de tipo linear, de correspondência directa entre os objectivos enunciados e os atingidos, através nomeadamente dos exames nacionais no Ensino Secundário, assim como a evidenciada em alguns estudos internacionais, que periodicamente se têm realizado, mostram que algo ainda está por aprofundar. Este instrumento de natureza técnico-instrumental mostra-se frágil para uma análise mais adequada à realidade, muito diferenciada, a exigir outros instrumentos de complementaridade.

Assim, muitos destes resultados não podem deixar de nos questionar e ser motivo de reflexão, sem que, todavia, os queiramos ou possamos ignorar e mesmo esquecer, se se considerar que eles nos mostram, também, uma parte da realidade educativa. Relativamente fidedignos quanto, por exemplo, a informação e a conhecimento factual, os instrumentos utilizados neste contexto estão ainda longe de satisfazer, no que respeita a uma avaliação para a maturidade cognitiva, atitudinal e social, ligadas ao desenvolvimento pessoal e social, sempre numa procura de congruência com as orientações nacionais e internacionais, assumindo como rumo uma Educação para uma Cidadania activa, perspectivada ao longo da vida de cada um e de todos, enquanto colectivo. A sociedade exige-o hoje.

Uma Educação de Qualidade não pode desvalorizar capacidades de pensamento complexo, por que não metacognitivas, e seguramente não deve desvalorizar outras dimensões, de sentido cultural e ético, a que a Educação, obrigatoriamente, tem de corresponder. Exigem-se, nesta matéria, novas atitudes para práticas consequentes que revigorem o tecido escolar, educativo e social.

Afastando-se da perspectiva técnico-instrumental, um novo paradigma começa, então, a nascer, procurando centrar a qualidade essencialmente na Educação-Formação. Neste sentido, procura-se mais a compreensão da Educação enquanto processo, agora mais centrada no desempenho dos professores e das escolas – comunidades educativas – partilhando reflexão, saberes, práticas, experiências, vivências,... A avaliação integrada das escolas indica-nos, aqui, um ponto nuclear do percurso a seguir.

Em síntese: o simples, o causa-efeito, o quantitativo, enquanto encobridor do qualitativo, dá lugar a uma visão mais rica, mais completa e complexa, marcas de uma perspectiva epistemológica de orientação pós-positivista.

Um tal caminho, que acabamos de enunciar, está longe de corresponder ao paradigma dominante no sistema educativo. Todavia, ele é já hoje dominante no discurso educacional, a nível da legislação e de documentos orientadores. Ainda que saibamos que a mudança é necessária e intrinsecamente lenta, ela irá fazer o seu percurso, exigindo-se do poder político coerência e intervenção, ainda que com flexibilidade, compreensão e tolerância, já que as lógicas da política não são coincidentes com as lógicas do discurso educativo e até, em muitos casos, são bem diferentes.

Se é verdade que não sabemos ainda, já, com toda a clareza e em toda a sua extensão, como se desenvolverão no futuro estas ideias, podemos afirmar com veemência e determinação, a vontade política e empenho numa Educação de Qualidade que aposta em metodologias e mecanismos de avaliação diversificados, numa óptica de construção de escolas inclusivas e de escolas completas, que queremos e desejamos ver renovadas, transformadas em espaços de cultura e de valorização pessoal e social. Escolas onde dá gosto aprender e ensinar. Onde a própria comunidade educativa e social sinta ser sua pertença, contribuindo para a sua construção.

O que importará, em matéria de reflexão sobre a Qualidade em Educação, é saber-se que esse paradigma está, gradualmente, a ser adoptado ao nível político, e saber-se que os passos que estão a ser dados serão, procurarão ser, os mais adequados – em sintonia, em diálogo, com as diversos organismos do Ministério que têm particulares responsabilidades na matéria e que a abertura ao escrutínio público, à sociedade, se faça com clareza e transparência de propósitos. Este é o nosso comprometimento, institucional e pessoal.

Certamente, coexistem e continuarão a coexistir no sistema elementos dos dois paradigmas enunciados e, a este propósito, há mesmo questões novas que se nos

colocam. Os exames do 12.º ano serviram para maus fins e foram pouco esclarecedores, já que sempre foram, intencionalmente em muitos casos, enquadrados por filosofias antigas. Do que se trata é menos de fazer *rankings* de escolas ou de professores – para denegrir intencionalmente imagens, para reforçar representações sociais pouco recomendáveis – e mais de colocar no centro do debate a reflexão, a ponderação, o estudo, o aprofundamento de uma matéria de grandes exigências sociais. Trata-se de qualificar o debate, chamando o tema da Qualidade/Avaliação em e na Educação ao lugar que lhe é devido e não se apropriando dele para gerar situações confusas, de perplexidade, e de exageros de linguagens que nada contribuem para a clarificação e resolução, com serenidade e seriedade, dos problemas, já de si difíceis, com que nesta, como em tantas outras matérias, diariamente nos confrontamos. O País requer, de nós, uma postura de exigência, de rigor, de clareza, mas também de firmeza.

Os professores, dado o seu papel central na acção educativa, devem possuir orientações políticas claras para assim serem capazes de contribuir, intencionalmente, para uma maior qualidade do seu desempenho – o mesmo é dizer da Educação. Por aqui passa a cadeia que se desenvolve por um rol de organismos que em continuidade e sintonia política, democraticamente debatida em sedes próprias, é geradora de consensos, quer quanto à conceptualização quer quanto a procedimentos. Entretanto, sabemos bem das distorções, involuntárias, que são condutoras e portadoras de desvios que advêm mais das subjectividades pessoais e profissionais que tais matérias comportam. É a discussão e a troca de opiniões, de partilha de experiências e saberes que conduzem a processos de auto-regulação e de desenvolvimento pessoal e profissional. Passa por aqui a formação de professores. Uma formação de qualidade e de exigência – que tem de ser avaliada – e que, intencionalmente, seja um instrumento ao serviço do currículo, quer o que decorre mais directamente do enunciado formalmente, quer o que decorre de formações mais vastas e que o colocam ao serviço da cidadania.

Reflectir ainda sobre os currículos de formação, sobre os critérios para uma Formação de Qualidade e sobre as qualidades das práticas e estágios, sejam pedagógicos, sejam profissionalizantes, sejam em contextos de trabalho, será um contributo central para a Qualidade da Educação. Devem merecer, por isso, uma atenção particular.

A Formação Contínua é essencial para este propósito de colocar a Qualidade da Educação no centro das preocupações dos professores. Muitas críticas se têm inventariado sobre como o actual dispositivo tem vindo a falhar esse desiderato, mas também os aspectos positivos que introduziu desde o seu início. Sem deixar de

privilegiar o papel dos Centros de Formação das Associações de Escolas, importa avaliar o modo como reflectem o seu papel, nomeadamente, através dos Planos de Formação que expressam as orientações estratégicas da sua renovação.

Trata-se de avaliar o modo como estruturam e organizam o plano anual de oferta de formação e de como este se articula com as necessidades de desenvolvimento profissional dos professores, de modo a responderem às necessidades dos projectos educativos das escolas, de como procuram aliar experiência profissional e reflexão teórica, estabelecendo protocolos, isto é, em parceria com instituições de ensino superior e/ou de investigação educacional.

Também no contexto da formação contínua não se pode deixar de reflectir nos contributos positivos que projectos de investigação e intervenção – investigação-acção – têm vindo a dar para a Qualidade da Educação e nos modos de os instituir como dispositivos de formação continuada e sustentada. São bons exemplos de como boas experiências e práticas podem, devem mesmo, ser bem mais divulgadas.

Estes serão alguns dos aspectos a considerar numa revisão do ordenamento jurídico da formação contínua – matéria a ser objecto de trabalho – beneficiando da reflexão que vários encontros, debates e estudos têm produzido e da capacidade de intervenção no sistema que é dada pela existência do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

Estamos num tempo em que o quantitativo dá lugar ao qualitativo. Ultrapassou-se um tempo de crescimento. Torna-se necessário prosseguir caminhos, inventar atalhos, descobrir outras formas de trabalhar. Em diálogo com todos. Os parceiros sociais surgem-nos como fundamentais para a definição mais clara de políticas, que a todos dizem respeito e que a todos responsabilizam.

Importa ter uma atitude de abertura para partilhar, com todos, os problemas, as dificuldades, as contradições, e procurar, à volta da mesa, consensos para as soluções, em cada momento, possíveis e desejáveis.

Estou, pois, ao vosso dispor para o percurso que ainda há pouco iniciámos. Conto convosco. Bem hajam.

